



**FILIE-SE!
FORTALEÇA
A ADUNICAMP
NA DEFESA DA
CARREIRA, DA
UNIVERSIDADE
PÚBLICA, DA
EDUCAÇÃO, DA
DEMOCRACIA
E DA VIDA!**

PÁGINA 2 e 3. ADunicamp supera 100 novas filiações em 2023.

PÁGINA 4. Por que continuamos a organizar um tribunal popular para julgar o governo Bolsonaro?



PODCASTADU



A *História das lutas nas Universidades da América Latina* é o tema deste episódio do PodcastADu, com o professor e cientista político André Kaysel Velasco e Cruz, do Departamento de Ciências Políticas do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH/Unicamp), que narra episódios de conquistas, principalmente por parte do movimento estudantil latino americano. Você pode ouvir o #PodcastADu nas principais plataformas do gênero: Spotify, Apple Podcasts, Google Podcasts etc. E, se preferir, acesse pelo Youtube, basta procurar pelo nome.

CHARGE



O *Marco Temporal*, declarado inconstitucional pelo STF, foi aprovado a toque de caixa, em votação de urgência, pelo Senado, sob pressão clara dos ruralistas que hoje ocupam ou disputam áreas de territórios indígenas. Caso implantado, poderá eliminar 63% das atuais reservas indígenas, provocando uma devastação sem precedentes nessas áreas.

EXPEDIENTE

Boletim da ADunicamp é uma publicação da Associação de Docentes da Unicamp – Seção Sindical do ANDES-SN. Gestão "ADUNICAMP SEMPRE VIVA: Valorização Docente, Defesa da Democracia e da Universidade Pública": Presidenta Maria Sílvia Viccari Gatti (IB), 1º Vice-presidente Mauro Antônio Pires Dias da Silva (Fenf), 1ª Secretária Luciane Miranda Guerra (FOP), 1ª Tesoureira Diama Bhadra A. P. do Vale (FCM), 2ª Tesoureira Maria José Maluf de Mesquita (IG), Diretor Administrativo Edson Joaquim dos Santos (COTUCA), Diretora de Imprensa Regina Celia da Silva (CEL) e Diretor Cultural Wanderley Martins (IA). Projeto gráfico e diagramação: Paula Vianna. Fotos e Textos: Cristina Segatto, Fernando Piva e Paulo San Martin. Coordenação: Fernando Piva. Acesso: www.adunicamp.org.br. Redes sociais: @adunicamp. Contato: imprensa@adunicamp.org.br / (19) 3521.2479.

ADUNICAMP SUPERA 100 NOVAS FILIAÇÕES EM 2023

A ADunicamp acaba de superar a casa de 100 novos/as associados/as, que se filiaram a partir do início deste ano, quando foi lançada a campanha de filiação e de defesa da importância da ação sindical na Universidade (<https://www.adunicamp.org.br/noticias/razoes-para-se-associar-a-adunicamp/>).

Em ação inédita, iniciada em janeiro e com previsão para ser encerrada em dezembro deste ano, a ADunicamp passou a oferecer isenção total das mensalidades, por tempo determinado, para docentes que decidissem se sindicalizar pela primeira vez. Para docentes das carreiras especiais e MS3 (1 e 2) a isenção é de 12 meses. Já para docentes MS5 (1, 2 e 3) e MS6 a isenção é de seis meses.

A campanha, ainda em curso, tem o objetivo de apresentar para docentes ainda não associados/as a importância da sindicalização como instrumento para reforçar e garantir a representatividade mútua e as conquistas de interesse comum. E também mostrar os diversos benefícios que associados/as da ADunicamp desfrutam, relacionados a convênios e descontos em serviços, nos mais diversos segmentos

de lazer, saúde, alimentação e assim por diante.

JUNTOS SOMOS FORTES

Os sindicatos surgiram da necessidade de trabalhadores e trabalhadoras defenderem melhores condições de vida e de trabalho. Os direitos garantidos pela legislação atual (jornada de trabalho, piso salarial, data base, plano de carreiras, aposentadoria, saúde, educação e assistência jurídica pública) foram conquistas históricas e fruto da luta e da capacidade de se organizar coletivamente.

Nas sociedades modernas, há uma tendência perversa a atribuir ao indivíduo responsabilidades e ônus que, na verdade, decorrem do desequilíbrio igualmente perverso das relações entre capital e trabalho. Um conjunto de trabalhadores/as tem mais força para agir do que cada um por si, individualmente.

O isolamento e a desinformação trazem inúmeros prejuízos profissionais, materiais, pessoais e sobretudo para a saúde de docentes. Fazer parte de uma associação, engajar-se em uma organização coletiva é uma forma de proteção que traz benefícios e impactos positivos na

atividade profissional e também no dia a dia da própria pessoa e de suas famílias. Porque a atuação sindical inclui questões extra profissionais e, nesse sentido, é também uma valiosa contribuição para o aumento da massa crítica e do desenvolvimento da própria sociedade.

No Brasil de hoje, como poucas vezes em nossa história, a organização sindical tem um papel primordial na organização do mundo do trabalho e necessita ser revitalizada. Desde 2015, testemunhamos ataques violentos e sistemáticos às políticas de segurança social e à precarização do trabalho em todos os níveis.

A união e mobilização coletiva são essenciais neste momento!

SINDICALISMO DOCENTE

O sindicalismo docente – do qual faz parte a ADunicamp – deve ser protagonista de uma tarefa histórica: uma rede de mobilização capaz de lembrar nosso lugar e a importância do nosso papel enquanto sujeitos e membros de uma classe social protagonista da história do País.

Criada em 1977, quando a ditadura militar completava 13 anos de forte repressão a tudo e

todos que se opunham a ela (incluídos nesta conta a imprensa em geral, sindicatos, e partidos políticos), a ADunicamp atuou como um sindicato, lutou pelos direitos trabalhistas de docentes, e empenhou-se em unir-se a outras entidades semelhantes a

favor do retorno à democracia e dos direitos políticos.

E sempre teve, desde então e até hoje, um papel fundamental para garantir as conquistas de melhores salários e condições de vida e trabalho dignas na Universidade.

ADUNICAMP INCORPORA PESQUISADORES/AS

Ao longo da campanha de filiação, a ADunicamp finalizou o processo que agora permite a incorporação de pesquisadores/as da Unicamp ao seu quadro de associados/as.

“Há muito, desde 2018, iniciamos esse processo de incorporação. Consultamos primeiramente o ANDES-SN, e já em 2019 nos deram o sinal verde para iniciarmos o processo. Mas aí veio a pandemia e retomamos os procedimentos só recentemente”, relatou a presidenta da ADunicamp, professora Sílvia Gatti (IB).

Além de tratativas com pesquisadores/as, foi necessá-

ria uma análise jurídica cuidadosa com base nos estatutos da entidade que preveem a inscrição de docentes e não citam com clareza a inclusão de pesquisadores/as. Mas, de acordo com a assessoria jurídica da ADunicamp, pesquisadores/as também exercem a atividade de docência, de magistério, embora com contratos distintos.

A Unicamp tem cerca de 90 pesquisadores/as contratados/as e dezenas já iniciaram o processo de filiação à ADunicamp. “Era uma vontade deles e delas e era uma vontade nossa essa abertura”, afirmou a professora.

DOCENTES MAIS JOVENS PERDEM DIREITOS

Os benefícios previdenciários de docentes mais jovens, que iniciaram seu trabalho nas Universidades Públicas nos últimos anos, são bastante distintos e muito menores do que aqueles de docentes mais antigos/as. E caso não haja resistência e oposição, o cenário tende a piorar, ou seja, os direitos e garantias do serviço público serão retirados cada vez mais.

O Brasil se defronta não apenas com a partida de muitos jovens para o exterior e a impossibilidade de muitos outros acessarem a uma boa educação e darem continuidade à formação das gerações seguintes. O quadro atual já

sinaliza que serão necessárias algumas gerações para se recuperar o Capital Humano desperdiçado por uma política insana e irresponsável de cortes públicos.

Enquanto um direito de TODOS/AS, a Educação não pode ser transformada em mercadoria. O conhecimento e o saber fazem parte do patrimônio de TODO o povo brasileiro, constitui o Capital Humano desta Nação e desta Pátria.

A defesa do ensino público gratuito e de qualidade, de financiamentos para pesquisa e salários justos para docentes, pesquisadores/as e funcio-

nários/as das instituições públicas de ensino é parte essencial da luta em defesa da Pátria e de seu Capital Humano.

Diante do enorme ataque às Universidades, neste momento, o sindicalismo docente é chamado a lutar não apenas pela manutenção do poder de compra dos salários e por nossa carreira. Uma vez que as decisões econômicas estão atreladas a decisões políticas, é preciso intensificar a defesa da Universidade Pública e da Democracia em nosso País, o que significa ocupar espaços coletivos de participação e tomada de decisões.



POR QUE CONTINUAMOS A ORGANIZAR UM TRIBUNAL POPULAR PARA JULGAR O GOVERNO BOLSONARO?

Nos últimos meses, vimos o poder judiciário brasileiro fechando o cerco sobre o cidadão Jair Bolsonaro por vários casos de corrupção, enriquecimento ilícito e conspiração contra a “ordem democrática”. Sua possibilidade de prisão parece cada vez mais concreta. Alguns podem ver nisto a realização e o fim necessário de anseios populares profundos de justiça e reparação. Nós, não.

Sabemos bem o que representa a prisão de Bolsonaro, mas ela é apenas o início de um processo de julgamento de todo um sistema de governo diretamente responsável por crimes brutais contra a saúde pública e por conspirações políticas autoritárias. A possível prisão do cidadão Bolsonaro não pode, em hipótese alguma, servir de ponto final. Ela será apenas o ponto de partida.

A catástrofe humanitária que o Brasil conheceu na pandemia, catástrofe essa que fez um país detentor de 2,7% da população mundial ter 10% das mortes globais por Covid, nunca seria possível sem a “gestão” das Forças Armadas, com seus sistemas de desinformação e apagamento de corpos, a pressão de empresários sedentos por preservar e ampliar seus lucros, a circulação irresponsável de informações visando a desmobi-

zação popular feitas por políticos e comunicadores.

Todos esses atores sociais devem ser julgados, instituições devem ser julgadas, para que o Brasil possa preservar sua possibilidade de ter futuro. Da mesma forma, a política de extermínio indígena na situação de pandemia, objeto de processos contra o governo Bolsonaro em instâncias internacionais, deve ser exemplarmente julgada e condenada.

O que está em jogo agora é algo de mais alta importância. Trata-se de deixar na história desse país os gestos claros de reação popular contra uma política de governo que, caso não combatida de forma exemplar, poderá voltar nos próximos momentos de crise.

A memória é a arma mais forte das populações contra a repetição de catástrofes. O que queremos é que a memória das violências faça, da realização implacável da justiça, a forma necessária de nossos lutos.

Nunca mais silêncio, nunca mais esquecimento! Anistia nunca mais!

Assinam este documento:

Agueda Bittencourt (FE), Ana Lucia Goulart De Faria (FE), Antônio Arantes (IFCH), Aparecida Neri de Souza (FE), Caio N. de Toledo (IFCH), Claudia Pfeiffer (IEL), Débora Mazza (FE), Dermeval Saviani (FE), Eleonora

Albano (IEL), Fábio Campos (IE), Fábio Durão (IEL), Flávio Ribeiro de Oliveira (IEL), Fernando Teixeira da Silva (IFCH), Frederico de Almeida (IFCH), Helena de Freitas (FE), Henrique Earp (IMECC), Itala Loffredo (IFCH), Jeanne Marie Gagnebin (IFCH), João José de Almeida (FCA), José (Zezo) Lombardi (FE), Lauro Baldini (IEL), Laymert Garcia dos Santos (IFCH), Liliana Segnini (FE), Luiz Carlos Freitas (FE), Luiz Marques (IFCH), Luiz Orlandi (IFCH), Marcelo Ridenti (IFCH), Márcia Leite (FE), Margareth Rago (IFCH), Maria Betânia Amoroso (IEL), Maria Stella Bresciani (IFCH), Nora Krawczyk (FE), Oswaldo Giacóia Jr. (IFCH), Renê Trentin Silveira (FE), Ricardo Antunes (IFCH), Ruth Elisabeth Vasconcellos Lopes (IEL), Selma Venco (FE), Suely Kofes (IFCH), Suzi Frankl Sperber (IEL) e Walter Carnielli (IFCH).

O texto está publicado no site da ADunicamp (<https://www.adunicamp.org.br/opinioao/por-que-continuamos-a-organizar-um-tribunal-popular-para-julgar-o-governo-bolsonaro/>) e, para assinar o documento, os(as) interessados(as) deverão enviar e-mail para o Prof. Caio N. de Toledo (cntoledo@terra.com.br), solicitando a inclusão do nome.

Participe deste espaço. Envie seu texto para: imprensa@adunicamp.org.br. Os textos publicados são de responsabilidade do(a) autor(a) e não refletem necessariamente a posição da ADunicamp ou de suas instâncias.

AGENDA



Agenda de eventos culturais a serem realizados no AUDITÓRIO DA ADUNICAMP. Para detalhes, acesse: www.adunicamp.org.br/agenda

09/10 (SEGUNDA) - 17H SEDE DA ADUNICAMP EM CAMPINAS/SP

Comemoração do dia do Professor e da Professora, e acolhimento dos(as) novos(as) filiados(as).

16/10 (SEGUNDA) - 17H - SEDE DA ADUNICAMP NA FT - LIMEIRA/SP

Inauguração da Sede em Limeira/SP e Comemoração do dia do Professor e da Professora.

18/10 (QUARTA) - 19H - AUDITÓRIO DA ADUNICAMP EM CAMPINAS/SP

Cineclube | Exibição do curta “Sabão Líquido”, dirigido por Fernanda Reis e Gabriel Faccini, seguida de bate-papo com os diretores.

19/10 (QUINTA) - 20H - AUDITÓRIO DA ADUNICAMP EM CAMPINAS/SP

Música | ADunicamp Concertos apresenta o grupo “Sai Conde Quarteto” (música popular colombiana).de debate